

Paradigmas das relações familiares e a população LGBTT: dos paradoxos às possibilidades

William Siqueira Peres¹

Flávia A. Bueno da Silva²

Paulo Adilson da Silva³

Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - Assis

Resumo: Este trabalho visa a discutir questões pertinentes à população LGBTT e suas relações familiares, buscando problematizar os saberes instituídos que valoram os modos de existir e fundamentam seus julgamentos. A família, no contexto sócio-histórico atual, continua sendo o principal e justificável agrupamento de pertença de um ser, que confirma as dinâmicas de tais relações sócio-afetivas. Aqui, problematizamos a valoração dada às expressões de sexualidades e gêneros estabelecidas como imagens identitárias, com suas funções e estratégias mantenedoras de uma tradição e conservação de privilégios heteronormativos. Ao se desconstruir essas lógicas de sentido, entendendo o campo sócio-histórico da qual provêm, rompe-se com verdades absolutas que abrem espaço para julgamentos e sentenças aniquilantes, os quais tornam inconciliável a potencialização da vida com suas multiplicidades criativas e afirmativas.

Palavras-chave: Sexualidades, Gêneros, Família, Identidades, Heteronormatividade.

Trabalhar com o conceito de identidade nos remete à tentativa de estabelecer modos de ser/viver ou vir a ser/viver algo que define uma marca, uma distinção, uma diferenciação de outro em comparação, como referência ou parâmetro, “(. . .) pois ao se reconhecer como ‘Fulano de tal’, implica em não ser outro.” (Marin, 1999, p.27)

Essa diferenciação entre o eu e o outro ocorre continuamente, cotidianamente, compondo um processo de construção e desconstrução de valores, definições de conceitos e entendimentos, limites e fronteiras de relações, disparados pelas interações com pessoas e grupos diversificados que se vinculam às nossas histórias, trajetórias e projetos pessoais, devido às mais variadas e, muitas vezes, inexplicáveis contingências.

Adicionado ao pensamento modelar em que impera a valoração e a construção dos modos de existência, em nossa sociedade, temos as Ciências Humanas, principalmente os saberes “psis” positivistas, investindo na reprodução de crenças naturalizantes,

¹ Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Assistente da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

² Mestranda em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

³ Mestrando em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

neutralidade e objetividade dos pesquisadores, que permitem fortalecer práticas cotidianas de reafirmação da exclusão e culpabilização dos sujeitos que assumem uma diversidade qualquer da lógica burguesa, europeia, heterossexual.

Autores como Angela Andrade e Helerina Novo, em seus trabalhos sobre o exercício da cidadania, afirmam que, “(. . .) ao avaliar os diversos comportamentos e relações que fogem a estas normas como desviantes/anormais, culpabiliza-se os indivíduos, naturaliza-se as problemáticas apresentadas e, no mesmo movimento, vão sendo esvaziadas as possibilidades de ações concretas no exercício de construção da cidadania.” (2006, p. 119)

Focando aqui as leituras sobre as sexualidades, é imprescindível acionar as análises de Foucault (1988) em que ele afirma que a sexualidade se torna discurso a representar uma interioridade, a definir identidades e sujeitos dignos de terem respeitos e direitos civis enquanto representantes do Estado, de uma Nação, a fim de disponibilizar melhores recursos de controle da população em crescimento exorbitante.

Além dos interesses de gerenciar territórios e populações, o cristianismo potencializa discursos e valores que afirmam uma moral sexual, legitimando práticas sexuais com a finalidade apenas de reprodução da espécie. As práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, até então vistas genericamente como sodomia, começam a ser estudadas e categorizadas, de modo a designar polos que associem uma infinidade de imagens numa única palavra, numa única categoria, ou melhor, duas palavras e duas categorias – binômios – que tentam criar uma suposta coerência diante dos paradoxos e ambiguidades da existência humana.

O sexo biológico, então, é uma possível face inteligível do homem, já que é uma característica visível e inevitável, e está intensamente relacionado às maiores intimidades do ser humano: o lugar perfeito para o exercício do biopoder.

Esse biopoder, no pretexto de oferecer o bem-estar, assim se define:

Trata-se de um poder-saber que, através de discursos e práticas, produz realidades subjetivas e objetivas, e na medida em que se difunde, fabrica os humanos e a sociedade (. . .) Encarregado da gestão calculista da vida, esse poder passa a operar tanto na via das ordenações disciplinares dos corpos, como na via da produção e controle da vida em seu conjunto. (Coimbra, 2006, p. 5)

A efetuação do biopoder, impreterivelmente, atravessa todas as existências com práticas controladoras, poderes e saberes disciplinadores, que se sustentam na finalidade de demarcar, decodificar, institucionalizar, regularizar modos de viver. Essa engrenagem de forças que buscam um modo de governar para a constituição da Nação, segundo novamente Foucault (2008, p.128), se dá pelo interesse, não em territórios, mas em suas fronteiras, riquezas, recursos, em relação com os homens, ou seja, quer gerir os homens e suas vinculações, afirmando hábitos e costumes, legitimando maneiras de ser, fazer, pensar e sentir.

É nessa gerência de populações que os efeitos de verdade disparam modos de disciplinar os prazeres e materializar corpos, sexos, gêneros, codificando as diferenças, categorizando-as e valorando-as como hegemônicas/minoritárias, normais/desviantes. Entretanto, nesse processo de gestão, não há estabilidade; por mais que se espere a naturalização dos arranjos instituídos como padrão, a possibilidade de novas articulações culminarem em invenções ameaça o tempo todo.

Na verdade, são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por esse processo, que marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória. (Louro, 2001, p.154)

Na verdade, a cada movimento de captura, ato contínuo investido pelo biopoder, movimentos de desinvestimento na padronização de seres obedientes se formam, aglutinando e imantando em torno de si modos de vida que fortalecem a diferença, ao dar passagem e visibilidade a outros devires, focados na singularidade de expressão.

Nessas inumeráveis combinações possíveis do devir, as afirmações dos encontros e das bricolagens inventadas abrem precedentes para a construção de novos registros de sensibilidade e novos modos de subjetivação, que rompem com as fronteiras do inteligível e afirmam o sujeito/ser como efeito, processo, transmutação, que não tem começo, nem origem, nem fim, nem destino. Nessa perspectiva, Rolnik pontua que, no plano de constituição das existências, há

(...) movimentos de forças/fluxos desenhando certas composições e desfazendo outras; aglutinações de novas composições produzindo diferenças, origem de pequenos abalos sísmicos nas figuras vigentes; acumulações progressivas de diferenças/abalos provocando terremotos. Figuras se desmancham, outras se esboçam; gêneros e identidades se embaralham, outros se delineiam - e a paisagem vai mudando de relevo. Uma lógica das multiplicidades e dos devires rege a simultaneidade dos movimentos que compõem este plano. Estamos longe dos binarismos. (1996, p. 5)

Tais efeitos de abalos e até desabamentos que a ação política da lógica das multiplicidades provoca nas institucionalizações/normatizações dos corpos – também em relação às sexualidades e aos gêneros – podem ser produzidos por uma prática de visibilidade e lucidez para diversidades, enfrentamentos e questionamentos experimentados nos corpos, nas famílias, no coletivo.

Entendendo que não há como afirmar uma essência, uma pureza, uma natureza pré-definida e que somos constituídos num campo sócio-histórico, podemos romper com as determinantes imagens identitárias, questionando suas funções e estratégias mantenedoras de uma tradição e conservação de supostas normalidades e seus privilégios.

Segundo Joan Scott “(. . .) as histórias são escritas de perspectivas ou pontos de vista fundamentalmente diferentes - na verdade inconciliáveis – nenhum dos quais completo ou totalmente verdadeiros.” (1998, p. 300). Respaladas por discursos científicos e de movimentos sociais – feministas, libertários e democráticos pós-ditadura –, as diferenças sexuais começam a ser questionadas enquanto características fundadoras das desigualdades sociais, e o silêncio da homossexualidade é rompido.

Conforme Eve Sedgwick (2007), com a visibilidade das práticas alternativas de relações afetivo-sexuais, o questionamento e a desmistificação de valores hegemônicos e heteronormativos são potencializados. Enfatiza-se a problematização sobre os privilégios associados aos agenciamentos de desejos que culminaram na estruturação de modos de relações afetivas heterossexuais como majoritários e legítimos.

Aqui, apropriamo-nos dos estudos de Butler (2003), que afirma a heteronormatividade como estruturação da organização social e como um dispositivo de controle dos corpos, e não como uma naturalização dos desejos e prazeres dos corpos.

A heteronormatividade não é uma norma hétero que regula e descreve um tipo de orientação sexual. Trata-se, segundo Lauren Berlant e Michael Warner, de um conjunto de “instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que fazem não só que a heterossexualidade pareça coerente – isto é, organizada como sexualidade – como também que seja privilegiada” (2002: 230, nota de rodapé 2). Esses privilégios vêm materializados nos discursos jurídicos, médicos, educativos, midiáticos, nas produções culturais como filmes e romances, estabelecendo hierarquias que não se pautam explicitamente pela sexualidade ou só por ela, mas que regulam as relações sociais a partir do pressuposto da heterossexualidade como um estado natural e moralmente desejável. (Pelúcio, 2007, p. 20).

Dessa maneira, a assunção da homossexualidade torna-se inevitavelmente sentenciada como um disparador de instabilidades e desorganização de uma lógica de funcionamento esperado, materializando tal singularização como causadora de intenso sofrimento e prejuízos, nas relações vividas.

A família, no contexto sócio-histórico atual, continua sendo o principal agrupamento de pertença de um ser, por dar-lhe um nome, um lugar, uma história repleta de expectativas e sonhos que confirmam as dinâmicas de tais relações socioafetivas.

Por seus valores e funções historicamente demarcados para reprodução dos valores dominantes e fortalecedores de lógicas excludentes, a família pode não ser um lugar acolhedor para a diversidade que desestabiliza seu modo operante.

Nessa perspectiva, para evitar assumir o lugar nocivo de causador de sofrimento e vergonha, o sujeito estabelece uma relação de negação, de questionamento e de aniquilamento com seus desejos e afetos homoeróticos. Quanto mais estes se expressam, contrariamente são impelidos a permanecerem “trancafiados em armários”, escondidos por sua decretada desqualificação, submetidos às representações dominantes de modos de existir, na tentativa de proteger-se de uma emblemática desterritorialização e permanecer no convívio familiar com sua ilusória estabilidade.

É sabido que os “armários” pensados como segredos, não-ditos sobre nós mesmos, compõem todos os modos de relações humanas, não sendo uma característica exclusiva das pessoas homossexuais. Trancafiamos sensações, signos, sentidos, que podem ser avaliados como inadequados, desqualificados, e ocasionar alguma forma de rejeição, discriminação e/ou violência. Sedgwick enfatiza:

Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. (. . .) Para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora. (2007, p.22)

Entretanto, os segredos e silêncios referenciam os valores e modos de existir, assim como as palavras ditas, e consomem as relações afetivas, minando as parcerias construídas, as confianças e intimidades não mais se sustentam. As relações primeiras, alicerçadas num discurso de incondicionalidade, estremece e muitas vezes chegam a romper-se, quando o “assumir-se” se concretiza.

Em muitas relações, senão na maioria delas, assumir-se é uma questão de intuições ou convicções que se cristalizam, que já estavam no ar por algum tempo e que já tinham

estabelecido seus circuitos de força de silencioso desprezo, de silenciosa chantagem, de silencioso deslumbramento, de silenciosa cumplicidade. (Sedgwick, 2007, p.38)

A constituição de famílias escolhidas torna-se alternativa eficaz de enfrentamento dos preconceitos, novas construções de lugares de pertença, (re)conhecimento de possibilidades de existências, empoderadas mesmo que não padronizadas.

De fato, como salienta a mesma autora, as pessoas homossexuais “(. . .) raramente crescem em famílias gays, estão expostas à alta homofobia e têm que construir, com dificuldade e sempre tardiamente, a partir de fragmentos, uma comunidade, uma herança utilizável, uma política de sobrevivência ou resistência.” (Sedgwick, 2007, p.40)

Potencializando, portanto, tais relações, cria-se um respaldo afetivo, simbólico e político, numa relação dinâmica e processual de construção de territórios para enfrentamentos de adversidades. Um mínimo de organização indispensável para a sobrevivência humana: uma rede sócio-afetiva, originariamente biológica ou proveniente dos acidentes de percursos, dos inusitados encontros e desencontros, mas uma rede afirmada pela força que se fez no abrigar e desabrigar de parcerias e referências de vida.

Desconstruir as lógicas de sentido que cristalizam as relações e os parâmetros que norteiam a existência humana, determinando as legitimidades e especificando dignidades, pode ser uma aposta na invenção e criação de modos de existir diversos e potentes.

Concluindo, apostamos que entender o campo sócio-histórico do qual provieram tais lógicas pode romper com verdades absolutas que abrem espaço para julgamentos e sentenças aniquilantes e que tornam inconciliáveis a potencialização da vida com suas multiplicidades criativas e afirmativas.

Peres, W. S., Bueno, F. & Silva, P. A. (2009). Paradigms of the family relationships and the population LGBTT: from the paradoxes to the possibilities. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 47-53.

Abstract: *This article aims to discuss pertinent subjects to the LGBTT population and their family relationships, problematizing their instituted knowledge that value the manners of existing and base their judgments.*

The family, in current socio-historical context, continues to be the main and justifiable belong grouping of a human being that confirms the dynamics of such socio-affective relationships.

Here, we problematized the valuation given to the expressions of sexualities and genders established as identity images with their functions and strategies that maintain a tradition and conserve the heteronormative privileges.

Deconstruct these logics of sense, understanding the socio-historical field from which they come, breaks up with absolute truths that open space for judgments and annihilating sentences that turn incompatible the potencialization of the life with their creative and affirmative multiplicities.

Keywords: *Sexualities, Genders, Family, Identities, Heteronormativity*

Referências

- Andrade, A. N. & Novo, H. A. (2004). Conselho Tutelar: possibilidade de exercício de cidadania. In L. Souza & Z. A. Trindade (org) *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (19a ed.). (M. T. C. A. & J. A. G. Albuquerque, trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, Território, População*. (Eduardo Brandão, trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Louro, G. L. (org.) (2001). *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Marin, I. S.K. (1999). *FEBEM, família e identidade: o lugar do outro* (2a ed.). São Paulo: Escuta.
- Monteiro, A., Coimbra, C. & Mendonça, M. (2006). Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? *Psicologia & Sociedade*. 18(2), 7-12.
- Pelúcio, L. (2007). *Nos Nervos, na Carne, na Pele uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Rolnik, S. (1996) *Guerra dos gêneros ou guerra aos gêneros*. Acessado em 25/06/2008, do <http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/genero.pdf>.

Scott, J. W. (1998). A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, (16), 297-325.

Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cad. Pagu*, s/v (28), 19-54.

Recebido: 11 de outubro de 2009.

Aprovado: 15 de janeiro de 2010.